

JORNAL DA

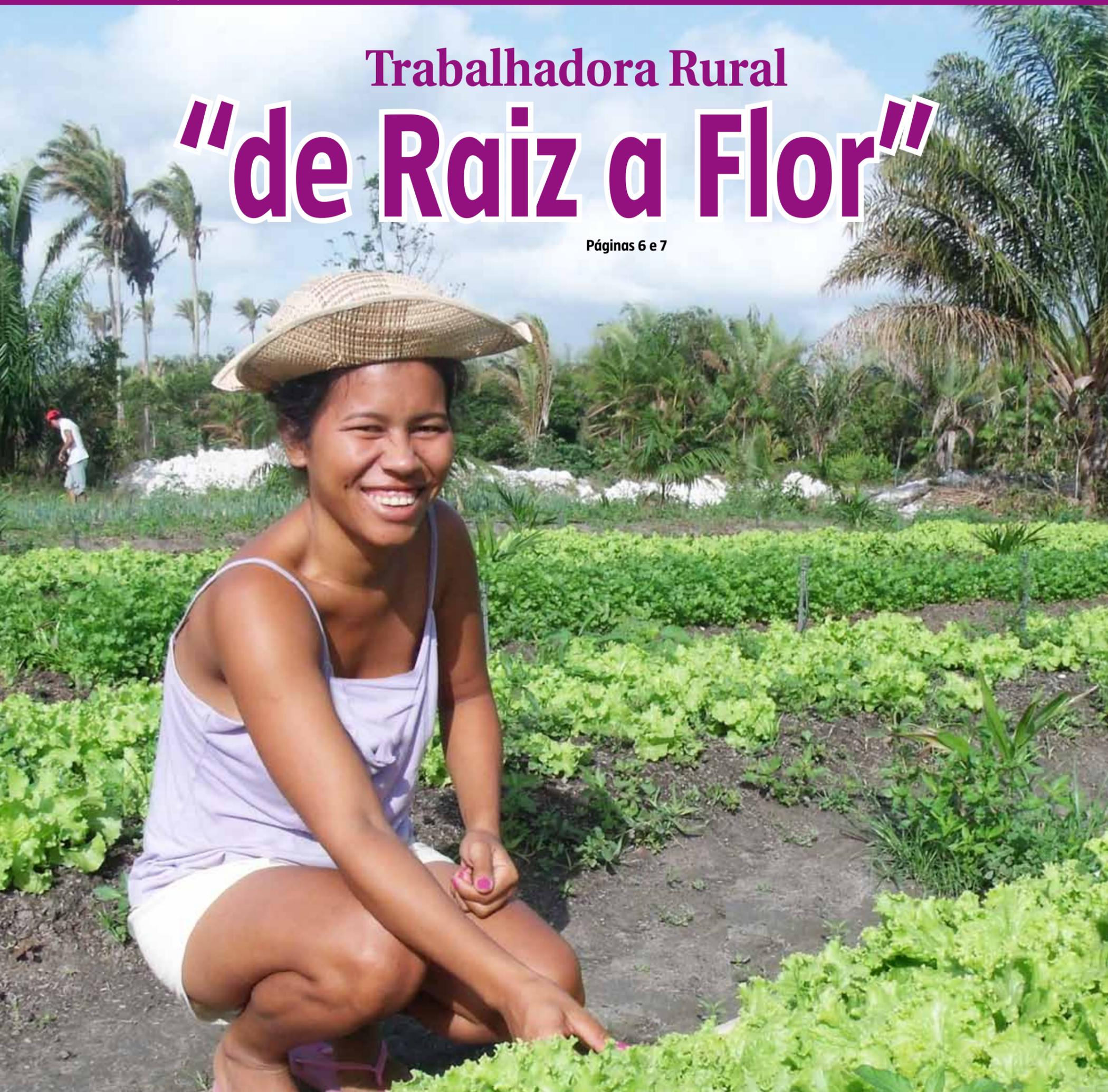


FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA DO ESTADO DO MARANHÃO

ANO IX - NÚMERO 24

Trabalhadora Rural "de Raiz a Flor"

Páginas 6 e 7



FETAEMA NO
11º CNTR

PÁGINA 3

CONFLITOS AGRÁRIOS
CAUSA FOME NO MA

PÁGINA 4

ANÁLISE DO MSTTR
SOBRE AS ELEIÇÕES 2014

PÁGINA 10



EDITORIAL

Desafios para o Campo!

Depois de 8 meses a frente da presidência da FETAEMA, vemos que são muitos os desafios na implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS.

No Maranhão um grande desafio é resolver a situação dos mais de 50 conflitos agrários, que a Federação vem acompanhando. Dentro destes vergonhosos números de disputa por terra, se encontram em grande quantidade também comunidades quilombolas, que são uma das grandes preocupações desta entidade que representa os povos do campo.

Uma das nossas intenções não é apenas conquistar terras para estas comunidades, mas também, que após serem assentadas, possam ter direito a políticas públicas, como uma boa educação do campo, saúde, saneamento básico, linhas de crédito para fomentar a produção agrícola, lazer, cultura, eletrificação rural, água, entre outros benefícios de suma importância para nossos (as) trabalhadores e trabalhadoras e assalariados (as) rurais.

Ainda no 18º Grito da Terra Brasil, o MSTTR, conseguiu desvincular o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, do Programa Minha casa, minhavida, que não atendia a zona rural brasileira, excluindo assim, a mulher e o homem do campo. Desta forma, vemos que a con-

quista de casas para o meio rural, ainda se mostra como um grande desafio para nossa categoria. Pensando neste enfrentamento, a FETAEMA em uma ação conjunta com seus sindicatos filiados vem lutando pela aquisição de habitação rural, de forma, que esta, atenda toda demanda dos agricultores (as) familiares.

Outro ponto preocupante, tem sido a seca que afeta todo o Nordeste. Nosso Maranhão, conhecido por sua alta pluviosidade, desta vez, sucumbiu diante de tamanha aridez. O retrato da estiagem pode ser visto, até em terras antes ricas em águas, como os campos alagados da Baixada Maranhense, que agora se encontram com suas terras rachadas pela seca. Programas como Segura Safra e Bolsa Estiagem, têm sido gerenciados por nossos STTR's, na busca de garantir as famílias cadastradas, distribuição de renda, para que com os recursos, os trabalhadores (as) possam permanecer no campo até a chegada das próximas chuvas.

Apesar dos desafios impostos ainda aos povos do meio rural, o MSTTR, reconhece que nos últimos dez anos dos Governos Lula e Dilma, temos avançado em políticas estruturantes que fortalecem a permanência das famílias agricultoras familiares no campo, como a valorização do PRONAF, a Lei de regula-

mentação da Agricultura Familiar, valorização do salário mínimo, permanência dos agricultores familiares no regime geral da previdência como segurado especial, distribuição de renda, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Educação no Campo – PRONACAMPO, Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, reconhecimento dos (as) Assalariados Rurais, Programa Jovem Saber, mutirões de documentação das trabalhadoras rurais, dentre outras conquistas essenciais para o desenvolvimento proposto pelo PADRSS.

Presente no 11º Congresso Nacional dos Trabalhadores (as) Rurais da CONTAG, a presidenta Dilma Rousseff, assumiu o compromisso de continuar com o fortalecimento da Agricultura Familiar, prometendo em sua fala: retomar a aquisição de terras no Brasil, fortalecer o PRONAF e trabalhar uma política para o semi-árido do Nordeste.

A necessidade de ser ter um governo alinhado com o Projeto defendido pelos homens e mulheres do campo, traz para o conjunto do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, uma profunda reflexão a cerca das próximas eleições partidárias de 2014, pois nossa categoria, tem o grande desafio de eleger candidatos que



CHICO MIGUEL - PRESIDENTE DA FETAEMA



Temos o grande desafio de eleger candidatos que defendam os interesses dos povos do campo

de fato defendam os interesses demandados pelos povos do campo, portanto no próximo ano precisamos votar em um deputado esta-

dual, deputada federal, senador e presidenta, que contribuam diretamente com a implementação do PADRSS!

FIQUE SABENDO

2014, o ano Internacional da Agricultura Familiar

Eleita como tema do ano de 2014 pelos 193 países membros da ONU - Organização das Nações Unidas, a Agricultura Familiar tem importância estratégica para a inclusão produtiva, para a segurança alimentar e para a erradicação da pobreza no mundo.

A nomeação de 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar é considerada uma vitória das 350 organizações, de 60 países, ligadas ao setor que apoiaram a campanha Family Farming Cam-

paign*, iniciada em 2008.

OBJETIVOS:

Promover políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento sustentável de sistemas de produção agrícola baseados em unidades familiares no mundo; orientar as pessoas para que essas políticas sejam colocadas em prática; incentivar a participação de organizações de agricultores; chamar a atenção da sociedade civil para a importância de apoiar a

agricultura familiar, e conquistar o reconhecimento do papel das mulheres na agricultura familiar e de seus direitos específicos.

No Brasil, apesar de ocupar apenas 25% da terra cultivada, os pequenos agricultores produzem 70% dos alimentos consumidos pela população brasileira, aponta o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Outro dado interessante: a agricultura familiar recebe apenas 14% do crédito oficial para a

produção do setor, mas emprega nove vezes mais pessoas por área cultivada e gera um terço das exportações agropecuárias, comparada com a agricultura tradicional. Em contrapartida, o agronegócio recebe 86% do crédito e detém 75% das terras, mas produz apenas 30% dos alimentos que compõem a alimentação da população, aponta o IBGE.

O governo brasileiro tem impulsionado a agricultura familiar por meio do Pronaf – Programa

Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que, ao final de 2011, tinha uma carteira de crédito ativa de R\$ 30 bilhões e mais de 3,2 milhões de contratos ativos.

Pela lei brasileira, o agricultor familiar está definido como aquele que pratica atividades ou empreendimentos no meio rural, em área de até quatro módulos fiscais, utilizando para suas atividades mão-de-obra da própria família predominantemente.

FONTE: Family Farming Campaign - Otávio Nogueira/Creative Commons

EXPEDIENTE

PUBLICAÇÃO DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA DO ESTADO DO MARANHÃO

ESTRADA DO ARACAGY, S/N RAPOSA - PAÇO DO LUMIAR - MA

www.fetaema.org.br fetaema@fetaema.org.br facebook: fetaema

DIRETORIA: Francisco de Jesus Silva - **Presidente** | Ângela Maria de Sousa Silva - **Secretaria Geral** | José Chateo Brian Costa Rêgo - **Secretaria de Administração e Finanças** | Maria Lúcia Vieira dos Santos - **Secretaria de Política Agrária** | Joaquim Alves de Sousa - **Secretaria de Política Agrícola e Meio Ambiente** | Francisco Ivaí da Silva Santos - **Secretaria de Formação e Organização Sindical** | Rosmarí Malheiros - **Secretaria de Políticas Sociais, Terceira Idade e Idosos (as)** | Ana Maria de Oliveira Freitas - **Secretaria de Assalariados(as) Rurais** | Bertolina Célia Ferraz Martins - **Secretaria de Mulheres** | Simone Sousa de Almeida - **Secretaria de Juventude Rural**

ASSESSORIA: POLÍTICA AGRÁRIA - Hilton Alves Reis, Evandro Araújo - POLÍTICA AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE - José Domingos Cantanhede Silva, Miguel Henrique Pereira Silva, Antônio Francisco, FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL - SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS - Hélica Araújo Silva, Eliane Cristina Abreu Castro, COORDENAÇÃO ESTADUAL DE MULHERES - Sueli Cordeiro Abreu, COORDENAÇÃO ESTADUAL DE JOVENS - Luciane Ferreira Silva, ASSESSORIA JURÍDICA - Luis Antonio Câmara Pedrosa, Neusa Maria Duarte, Léia Oliveira, Diogo Cabral, Ana Maria Menezes Rodrigues, - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - Barack Coutinho Fernandes, ASSESSORIA CONTÁBIL - Hamilton Souza, Martha Isabel Pinto, SECRETÁRIA EXECUTIVA - Mara Freitas, INFORMÁTICA - Zeuxis Rafael Pinto. **DIAGRAMAÇÃO/PROJETO GRÁFICO:** Edvaldo Silva (ideart criação) - **Tiragem:** 2000 exemplares



FETAEMA presente no 11º CNTTR

“Fortalecendo o Movimento Sindical para melhorar a qualidade de vida no campo”

A delegação do Maranhão participou ativamente de toda a programação do 11º Congresso de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, que aconteceu de 04 a 08 de março no Centro de Convenções Ulysses Guimarães em Brasília.

Durante os cinco dias nossos representantes da FETAEMA, puderam juntamente com aproximadamente 2.500 delegados(as) de todas as federações da CONTAG, puderam debater a cerca do fortalecimento do Movimento Sindical na busca de melhorar a qualidade de vida no Campo.

Ainda no primeiro dia do 11º CNTTR, nossos (as) delegados (as) do Maranhão, já iniciaram suas reflexões sobre a conjuntura de vida e trabalho da categoria, participando de dois Painéis desafiadores. O 1º com o tema “As diversas formas de Violência contra os (as) assalariados (as) rurais e seus direitos: trabalho escravo e precarização das relações de trabalho” e o 2º, sobre a “Violência no campo relacionada à disputa pela terra e o território”.

As falas políticas, na mesa oficial de abertura, muitas palavras contribuíram para fortalecer os debates no enfrentamento ao Projeto Neoliberal e a expectativa dos delegados (as) em implementar com o conjunto do MSTTR, as Políticas defendidas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais, alicerçadas no PADRSS.

No segundo dia do evento, nossos maranhenses acompanharam com muita atenção ainda no início da manhã, duas análises de Conjuntura, a primeira focada nos Desafios Nacionais e Internacionais para o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário- PADRSS, com o conferencista, Adriano Campolina da Actionaid Brasil, e a segunda Conferência, com a temática “Desafios e Alternativas para a Organização Sindical do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR na consolidação do PADRSS”, com Socorro Silva, da Universidade Federal de Campina Grande-PB.

Depois da reflexão quanto a realidade externa e interna do MSTTR, proporcionada pelas Conferências, nossos (as) delegados (as) seguiram para debater o documento base nos grupos de trabalho. Um processo de construção coletiva, com propostas de alterações e proposições

no documento, que foram até o terceiro dia do 11º CNTTR.

No terceiro dia, ainda pela manhã, aconteceu uma pausa para que nossos maranhenses se juntassem a uma multidão de 50.000 pessoas de todo o Brasil na Marcha das Centrais e Movimentos Sociais. Uma longa caminhada até a Esplanada dos Ministérios, por Desenvolvimento, Cidadania e Valorização do trabalho.

O penúltimo dia (07) do evento, amanheceu lilás, em homenagem ao 8 de março, dia Internacional da Mulher. Neste dia, os congressistas, conheceram a chapa “Unidade com a Base”, que tem na sua suplência dois maranhenses, José Chateo Brian Rêgo, na vaga de Finanças e Administração e Rosemarí Malheiros, em Mulheres Trabalhadoras Rurais.

Após apresentação da chapa, nossos delegados (as) do Maranhão, se dedicaram a votação dos pontos do documento de trabalho. Onde depois de muito debate e falas políticas de fortalecimento da categoria do campo brasileiro, foi aprovada a paridade entre homens e mulheres do MSTTR, a implementação do Orçamento Participativo, a idade mínima de 55 anos para aposentadoria nos STTR’s, a autonomia da CONTAG frente às Centrais Sindicais, entre outros pontos desafiadores para o MSTTR.

E na sexta-feira (08), nossos (as) representantes da FETAEMA, participaram junto a congressistas de todo Brasil, do processo eleitoral do 11º CNTTR. Onde depois de um processo democrático de votação, escolheram a nova direção da CONTAG, que terá o compromisso de implementar as Políticas estruturantes defendidas pelo Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS, junto ao conjunto do MSTTR brasileiro.

Fique sabendo!

Todo o processo de construção do 11º CNTTR da CONTAG teve início há mais de um ano, onde foram realizadas 4 mil assembleias para tirar os delegados (as). Com a dedicação intensa de 2 dias para debater o documento base em cerca de 91 Plenárias durante mais de 4 meses. E só depois deste processo democrático e construtivo próprio do MSTTR é que foi realizado a 11ª edição congressual da CONTAG.



FOTOS: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO FETAEMA



Delegação do Maranhão no 11º CNTTR



Conflitos Agrários e a fome no Maranhão!



Conflito agrário na comunidade Vergel, Codó-MA

A negação do direito de comer, de trabalhar e de morar sob um teto são consequências imediatas de centenas de conflitos pela terra e território que transformam o Maranhão numa terra árida de justiça e equidade.

Numa breve análise dos conflitos fundiários ocorridos nesses primeiros dois meses de 2013, podemos observar que populações tradicionais, acampados e assentados maranhenses têm forte limitação na produção de alimentos, visto que, em muitos casos, são impedidos de adentrar nas áreas de plantio, em razão da presença de homens armados (jagunços ou milícias), da destruição das roças por invasão de animais (bovinos e caprinos), seja pela proibição expressa pelo Poder Judiciário, em ordenar o despejo das famílias de suas áreas de produção ou por manter latifundiários intocáveis em áreas de conflito.

Na comunidade Vilela, situada entre os municípios de Junco do Maranhão, Boa Vista do Gurupi e Amapá do Maranhão, mais de 100 famílias não podem realizar plantio de alimentos saudáveis, pois o grileiro de terras gaúcho Nestor Osvaldo Finger, com a presença de homens armados, cercou parte da área de plantio das centenas de famílias, impedindo o acesso das mesmas às áreas agricultáveis.

No quilombo de Santa Maria dos Moreiras, zona rural de Codó, animais do deputado estadual Cesar Pires (DEM), lidera do governo Roseana Sarney na Assembleia, causaram prejuízos robustos aos quilombolas. Conforme relatório técnico do Engenheiro Agrônomo Clovis de Almeida Silva-CREA/MA

111053288-1, datado de 20 de novembro de 2012, as várias roças destruídas pelos bois do deputado importaram num prejuízo de R\$ 51.259,20!

No quilombo Aldeia Velha, Pirapemas, caprinos do fazendeiro Ivanilson Pontes de Araújo destruíram, por quatro vezes, a roça do quilombola José da Cruz. Na quinta vez, por ter abatido um dos animais do fazendeiro, que destruiu mais uma vez toda sua roça, Zé da Cruz foi preso, humilhado e torturado por policiais militares do Maranhão, lotados em Pirapemas.

Somando-se a este quadro social, a redução das áreas de plantio, associada com o avanço dos monocultivos em várias regiões do Maranhão, além dos longos períodos de estiagem vividos intensamente nos últimos dois anos aumentaram, assustadoramente o preço de vários alimentos, que fazem parte da mesa do maranhense: a tradicional farinha custa, em algumas feiras da capital, São Luís, 9 reais (há 3 anos, não chegava a 5!); em Caxias, 1 kg de feijão abafado custa pelo menos 8 reais; a tradicional galinha caipira não é encontrada por menos de 25 reais.

Podemos afirmar que grande parte dos maranhenses não têm acesso à alimentação adequada.

O termo alimentação adequada, além de especificar várias questões relacionadas ao Direito Humano à Alimentação Adequada, coloca duas dimensões indivisíveis desse Direito: a primeira é o direito de estar livre da fome e da má nutrição e a segunda dimensão é o direito de ter acesso físico e econômico aos meios para obtenção de uma alimentação adequada.

Em 1999 o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, órgão responsável pelo monitoramento do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais,

reforçando o artigo 11, definiu no comentário geral 12 o Direito Humano à Alimentação Adequada da seguinte forma:

Comentário Geral número 12: O direito humano à alimentação

O direito à alimentação adequada realiza-se quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção. O direito à alimentação adequada não deverá, portanto, ser interpretado em um sentido estrito ou restritivo, que o equaciona em termos de um pacote mínimo de calorias, proteínas e outros nutrientes específicos. O direito à alimentação adequada terá de ser alcançado de maneira progressiva. No entanto, os estados têm a obrigação precípua de implementar as ações necessárias para mitigar e aliviar a fome, como estipulado no parágrafo 2 do artigo 11, mesmo em épocas de desastres, naturais ou não.

Dados da FAO indicam que existem mais de 840 milhões de pessoas no mundo que passam fome. No Brasil, vários estudos apontam a existência de números inaceitáveis de pessoas submetidas à fome e insegurança alimentar. Dados de distintas fontes indicam que mais de

20 milhões de pessoas passam fome e entre 40 a 50 milhões vivem abaixo da linha da pobreza. Nesta direção, expressivo percentual da população de nosso Estado passa fome, a saber, mais 1.675.000,00 (um milhão, seiscentos e setenta e cinco mil) maranhenses.

Estas graves violações têm como ancoradouro a morosidade dos governos federal e estadual em desapropriar área para a Reforma Agrária, o descaso em agilizar o processo de identificação, demarcação e homologação de terras quilombolas, bem como o estímulo desenfreado ao avanço do agronegócio.

A face hedionda do agronegócio não se restringe aos assassinatos, tentativas de homicídios, incêndio de casas e capelas e torturas contra trabalhadores rurais. A fome no mundo é percebida pelas instituições multilaterais, pelos governos e pelas empresas privadas transnacionais mais vezes como um negócio do que como uma questão de humanidade humilhada pela fome e a desigualdade social. Eis o caso do Maranhão. Nossa fome, hoje, não é apenas a fome de farinha!

Diogo Cabral
Assessor Jurídico da FETAEMA



Jagunços queimam casas de quilombolas no Maranhão



Orçamento Participativo do Maranhão é apresentado no 11º CNTTR

Como parte da programação do 11º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, aconteceu o lançamento de várias publicações do MSTTR. Uma delas foi o Livro Práticas de Sindicalismo de Base.

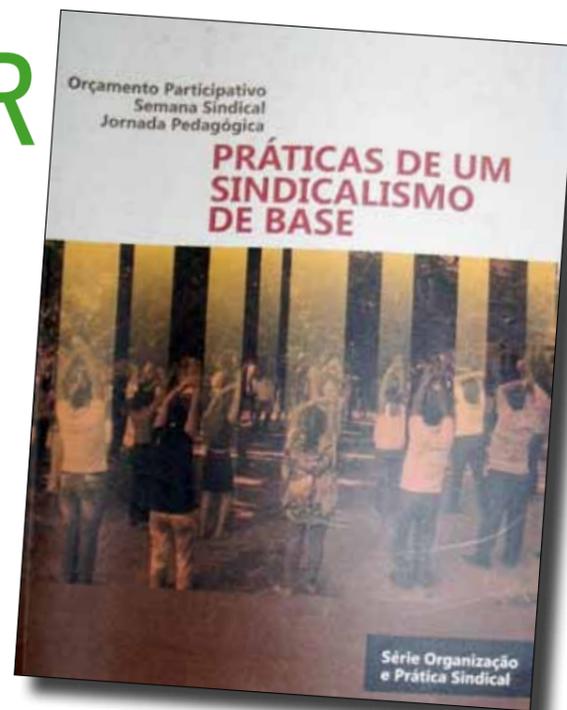
Abrindo a leitura deste livro, está o Orçamento Participativo na FETAEMA: Uma decisão política rumo à sustentabilidade Política e Financeira. Das páginas 13 á 40 foi relatado toda a história do O.P no Maranhão; o Orçamento Participativo como estratégia política; Relação entre Orçamento Participativo e PADRSS; Relação entre o O.P e Planejamento Estratégico; Metodologia do O. P; Desafios Políticos para implementar o O.P; Resultados Políticos e Processos de Mudanças e Perspectivas para continuidade e visão de futuro do Orçamento Participativo.

A experiência exitosa no Maranhão tem sido avaliada positivamente pelo conjunto do Movimento

Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. “Acredito que nossa experiência no Maranhão, tem sido bem avaliada, pois, vem estimulando um processo formativo, que democratiza nossa gestão junto a base. Nosso O. P tem dado credibilidade junto aos nossos sócios (as), pois vem gerando receitas, que são gastas dentro de um planejamento que não visa exclusivamente o financeiro, porém contempla politicamente os anseios da base. Espero que no final desta gestão, todos os nossos STTR´s estejam trabalhando o O.P na base, assim teremos uma melhor gestão financeira alinhada com a qualidade política de nossos (as) dirigentes”, José Chateo Brian Rêgo, secretário de Finanças da FETAEMA.

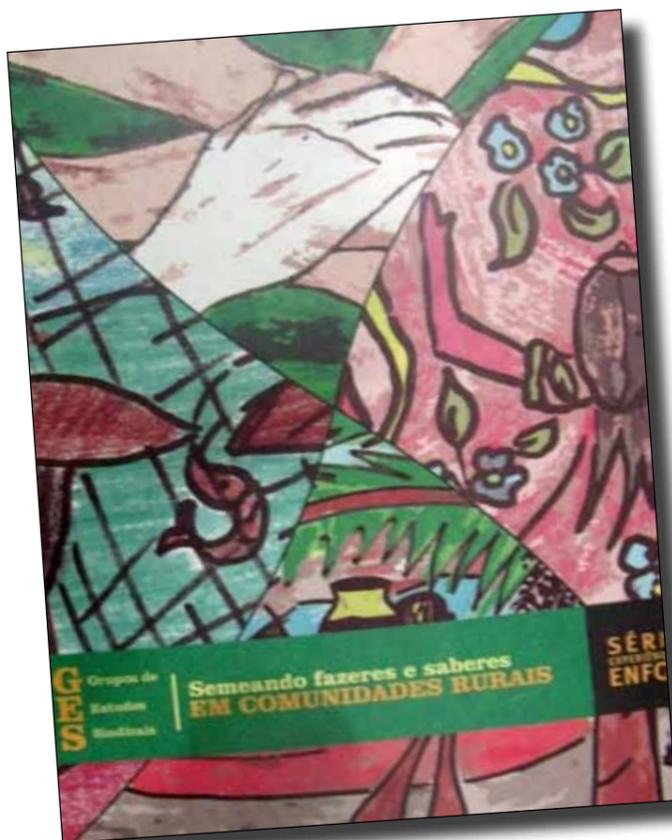
Entendendo a importância do Orçamento Participativo como estratégia para consolidar as Políticas Orientadas pelo Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS, ainda durante o 11º CNTTR foi aprovado

pelo plenário a implementação progressiva do Orçamento Participativo em todas as instâncias do MSTTR. Sendo que no período entre o 11º e 12º Congresso será feita a divulgação, capacitação e formação na metodologia do Orçamento Participativo e a partir do 12º o O.P será efetivado por todas as instâncias do Sistema CONTAG. “Se há uma necessidade de fazer mudanças, temos que ter saídas práticas, o Orçamento Sindical Participativo, é apontado como uma delas. Este modelo já desenvolvido no Maranhão, traz transparência e ética as instâncias do MSTTR. Acreditamos, que o O.P, que prima pelo planejamento, trará um diagnóstico financeiro da qualidade dos STTR´s, o que possibilitará a implementação do PADRSS com ações políticas que contemplem as reais necessidade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, e desta forma, melhoraremos nossa arrecadação junto a base”, Arístides dos Santos, secretário de Administração e Finanças da CONTAG.



“Acredito que nossa experiência no Maranhão, tem sido bem avaliada, pois, vem estimulando um processo formativo, que democratiza nossa gestão junto a base

**JOSÉ CHATEO BRIAN RÊGO,
SECRETÁRIO DE FINANÇAS DA FETAEMA**



“Estamos transformando sujeitos capazes de fazer intervenções qualificadas e assim fortificar nossas ações de lutas do MSTTR

IVAIR SANTOS, SECRETÁRIO DE FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL DA FETAEMA

Animadores de GES no Maranhão

A Formação Político – Sindical, é apontada como um importante instrumento de empoderamento das lideranças sindicais. Atualmente através da estrutura formativa (GES, ENFOC, ENAFOR) desenvolvida pela Política Nacional de Formação - PNF, muitos educandos (as) e multiplicadores (as) de saberes, estão tendo uma visão crítica da sua própria realidade e de mundo. “Desde a recomendação da PNF em 2005, estamos transformando sujeitos capazes de fazer intervenções qualificadas e assim fortificar nossas ações de lutas do MSTTR através de novas prática educativas e democráticas”, Juraci Souto, secretário de Formação e Organização Sindical da CONTAG.

É proposta do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR, fazer com que os (as) educadores e educadoras, não tenham em mente um conhecimento individualizado. Desta forma, se faz necessário ter uma educação para o bem do coletivo, onde todos e todas estejam compartilhando seus aprendizados construídos nesses espaços, com o compromisso de multiplicar na base. Assim partiu para os alunos

da 3ª turma da Escola Nacional de Formação o desafio de registrar as experiências dos animadores de GES no Maranhão. Um modelo exitoso da educação sindical de base, que agora está registrado no livro “Semeando fazeres e saberes em Comunidades Rurais”, lançado no 11º CNTTR.

Com o tema “Entre Batuques, Cores e Histórias – Experiências de animadores de GES no Estado do Maranhão”, a FETAEMA, apresentou em 15 páginas, sua experiência com o Grupo de GES da Baixada Maranhense. A sistematização focada nas Coordenações Regionais Sindicais e não diretamente na base, foi o grande diferencial da experiência apresentada pelos maranhenses em relação ao restante do Brasil. A escolha se deu porque no Maranhão, todas regionais assumiram a estratégia, e com isso todas alcançaram resultados positivos.

Na publicação da FETAEMA, é possível passear de forma leve e didática pela história da Federação; a experiência pioneira do Maranhão com o trabalho dos animadores de GES; a Metodologia de Estratégia Formativa do Maranhão; Experiências-práticas de animadores de GES

na Baixada Maranhense e o Grupo de Estudos Sindicais – GES na base.

Os relatos dos animadores de GES no Maranhão, apenas confirmam que como aponta a publicação “os maranhenses tem cumprido uma espécie de ciclo, todo tempo se inovando e renovando, seguindo assim um processo formativo que prima pela multiplicação de saberes e aprendizagens”.

A publicação ainda afirma que o compromisso do Maranhão com formação sindical de base é levado tão a sério, que ainda durante o Planejamento das ações do MSTTR, já saem às datas definindo os encontros em todas as regionais. “Destacamos aqui importante avanço da ação sindical no Maranhão, através dos Grupos de Estudos Sindicais – GES, como estratégia fundamental na multiplicação do saber sindical na base. Defendemos acima de tudo uma educação baseada no princípio que agente defende, que traz a emancipação de sujeitos, ou seja, orienta que as pessoas passem da condição de espectadores(as) para de atores principais do mundo que as cerca. Desta forma, tornam-se pessoas capazes de ocupar lugares de representação dentro e fora



As Trabalhadoras Rurais...

Dia 8 de março comemora-se o DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES. Uma data que tornou divulgada no Brasil mais pela mídia consumista do que pela luta e conquistas reais das mulheres. Inúmeras histórias passaram a ser contadas nas últimas décadas sobre a origem do Dia Internacional da Mulher. Mas uma coisa é certa: todas elas falam do contexto de exploração e dominação em que se encontravam as mulheres. Mas essa questão torna-se secundária nos meios de comunicação: apenas alguns jornais (impressos e televisão) falam das desigualdades ainda existentes entre os homens e as mulheres.

O capitalismo explora as mulheres mesmo quando diz homenageá-las, pois ao invés de falar das mulheres, fala das mercadorias disponíveis para presentear as mulheres, ou seja, o DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES “virou” mais uma data para comprar presentes. De repente sem nem mesmo entender porque temos esse dia e como estão as mulheres no mundo, no Brasil, no Maranhão ou sequer nos seu bairro, muitas pessoas estão a comprar presentes para as mulheres às quais desejam homenagear: namoradas, esposas, companhei-

ras, filhas etc.

Daí a necessidade de usarmos os espaços que pudermos para reafirmar o DIA INTERNACIONAL DA MULHER como um dia de luta: denúncias, campanhas, mobilizações, articulações, proposições, formações e informações. As festas são frutos das lutas, das conquistas. E sobre as conquistas as mulheres têm do que falar. E esse espaço é dedicado às conquistas das trabalhadoras rurais no movimento sindical. Esse espaço profundamente masculinizado até a quatro décadas atrás, hoje conta com expressiva participação das mulheres, que elaboram, dialogam, negociam, enfrentam, combatem, criam e recriam a política no movimento sindical.

O movimento sindical no Brasil e no Maranhão avança no processo de transversalidade de gênero nas suas ações: a Marcha das Margaridas e com destaque, a participação do Maranhão com a maior delegação na 4ª marcha, em 2011 é uma referência do crescimento em número e amadurecimento dessa participação. As mulheres têm aprendido a fazer política no movimento sindical como um aprendizado cotidiano, começando nos povoados (nas comunidades), discutindo as questões locais, nas delegacias sin-

dicais, e avançando para o município, o Estado e a União. Outras permanecem no trabalho de base nas delegacias, articulando essa luta com outras atuações: associações, pastorais, grupos e clubes de mães etc. Por essa razão, é que se afirma que a atuação das trabalhadoras rurais no movimento sindical se faz na perspectiva da totalidade, ou seja, as mulheres lutam por todas as dimensões da sua vida e da sua coletividade: saúde, educação, trabalho, reforma agrária, assistência social, enfrentamento da violência contra as mulheres, segurança alimentar etc. São várias frentes de trabalho articuladas e que, portanto, articulam as mulheres em suas diversidades: negras, brancas, quilombolas, jovens, idosas etc.

A participação dessas mulheres no movimento sindical ainda enfrenta o machismo dentro do próprio movimento. O modelo patriarcal de fazer movimento sindical ainda é o modelo para alguns homens, o que faz com que algumas mulheres não reconheçam o sindicato como um espaço seu, de suas lutas. Infelizmente para alguns, a participação das mulheres se reduz a preencher a cota das vagas nas diretorias, mas a atuação crítica e esclarecida de tantas outras mulheres contando com

a valiosa contribuição de outros homens do movimento sindical tem ajudado a desconstruir esse modelo de desigualdade entre os gêneros. E dessa forma, possibilitado comemorar o DIA INTERNACIONAL DA MULHER como dia de reafirmação das lutas e conquistas das mulheres, mostrando que existem espinhos, mas também existem flores para lembrar esse dia, pois como diz a poetisa Cora Coralina: ...Nascei em tempos rudes, aceitei contradições, lutas e pedras como lições de vida e delas me sirvo. Aprendi a viver.

Silvane Magali Vale Nascimento
Assistente social, Doutora em Políticas Públicas, Professora da UFMA, Membro do Grupo de Pesquisa e Extensão em Relações de Gênero, Étnico/Racial, Geracional, Mulheres e Feminismos (DESES/PPGPP/UFMA).



Luta de Margaridas Alves!

Margarida Maria Alves foi concebida para viver e morrer lutando pelos direitos da terra. Esta líder, que nasceu em 5 de agosto de 1943, em Alagoa Grande, na Paraíba, foi a filha mais nova de nove irmãos, no entanto, isso não foi impedimento para que fosse a primeira mulher

em lutar pelos direitos daqueles que, até hoje, trabalham nas terras.

Durante seus 12 anos dentro do Sindicato foram movidas mais de 600 ações trabalhistas contra os usineiros e senhores de engenho da região da Paraíba. Em seus anos de luta, nunca se registrou, na justiça, uma perda de alguma questão

do trabalho a favor do trabalhador rural. A sua luta era em prol dos trabalhadores, motivo pelo qual sofreu várias ameaças, atentado sua integridade física.

Margarida morreu assassinada, em 12 de agosto de 1983, defendendo os ideais e direitos dos (as) trabalhadores (as) rurais.

Lançado o Programa Mulher, Viver sem Violência!

A presidenta Dilma Rousseff lançou o programa Mulher, Viver sem Violência em solenidade realizada No dia 13 de março, no Palácio do Planalto, em Brasília. O programa visa consolidar e ampliar a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Em dois anos, serão investidos R\$ 265 milhões, sendo R\$ 137,8 milhões, em 2013, e R\$ 127,2 milhões, em 2014.

O total será aplicado da seguinte forma: R\$ 115,7 milhões na construção dos prédios e nos custos de equipagem e manutenção; R\$ 25 milhões na am-

pliação da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180; R\$ 13,1 milhões na humanização da atenção da saúde pública; R\$ 6,9 milhões na humanização da perícia para aperfeiçoamento da coleta de provas de crimes sexuais; e R\$ 4,3 milhões em serviços de fronteira.





De raiz a flor!

O 8 de março, mais que um dia de comemoração, serviu para reflexão, protestos, denúncias e proposições de políticas públicas que garantam igualdade de gênero, raça, etnia e justiça social.

Mobilizadas pela Secretaria de Mulheres, que tem a frente, Lina Martins, as coordenações de mulheres dos STTR's maranhenses, têm reforçado este compromisso, realizando na data alusiva, uma vasta programação com direito a caminhadas, palestras, audiências públicas, feiras expositivas, dentre outras atividades.

Essas ações realizadas pelas sindicalistas rurais vêm garantindo várias conquistas para as mulheres do campo. Um destes benefícios é o Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais, que vem contemplando com a emissão de documentos gratuitos e ações edu-

cativas, nossas mulheres do campo. "Esta é um excelente oportunidade para que nossas mulheres possam garantir políticas públicas, como acesso à terra e créditos produtivos, ou seja, esta é uma ação fundamental para a inclusão social das trabalhadoras rurais, seja na reforma agrária ou na agricultura familiar", destacou Lina Martins, secretária de Mulheres da FETAEMA.

Outra conquista que deu mais autonomia às mulheres do MSTTR foi a aprovação da Paridade no dia 7 de março, durante o 11º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Que quase por unanimidade aprovou que a partir de agora, todas as instâncias do sistema CONTAG, passam a ter na sua executiva, conselho fiscal e suplência, 50% de mulheres. Uma conquista histórica se levado em consideração

que anos atrás, essas mulheres, não podiam nem sequer ser associadas no STTR.

Apesar dos avanços, ainda se faz necessária permanecer na luta por salários equiparados aos dos homens, pelo fim da violência de gênero, por autonomia enquanto sujeitos capazes de transformar o lugar em que vivem, entre outros direitos ainda negados as mulheres.

Para que estas, que antes estavam enterradas nas cozinhas, no silêncio, no preconceito, a exemplo das raízes que apesar de nutrirem toda a planta, ficam escondidas, possam florescer, mostrando ao mundo suas cores radiantes que vêm da sua coragem, força e grandeza.

Mulheres quilombolas de Bacabal recebem prêmio Nacional

O grupo de mulheres quilombolas do Catucá, da cidade de Bacabal, juntamente com 30 experiências inovadoras e sustentáveis de grupos produtivos do campo e da floresta do Brasil, recebeu o Prêmio "Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável".

As quilombolas de Bacabal relataram sua história de sucesso no desenvolvimento do Projeto de Hortaliças, que conta com a participação de 20 mulheres da comunidade quilombola do Catucá. Segundo elas, o Prêmio, foi o resultado de um longo processo de reconhecimento e autonomia que tiveram que seguir. "Não tínhamos autonomia de nos representar. Os políticos locais diziam que só nos ajudariam com o Projeto se votássemos neles. Lutamos todos os dias para termos di-

reitos iguais aos dos homens e seguimos unidas na certeza que um dia seríamos reconhecidas", revelou uma das integrantes do grupo, Gelza Souza.

A emoção de receberem o prêmio em Brasília, foi para estas agricultoras um momento que ficará marcado na memória de cada uma delas. "Foi uma prova de conquista para nós que somos mulheres do interior. Uma demonstração que aos poucos estamos conseguindo nosso espaço. O Maranhão foi aplaudido de pé", falou emocionada, Gelza Souza.

Com a premiação as trabalhadoras rurais do Catucá, estão mais estimuladas a continuarem unidas na ampliação do Projeto de Hortaliças. "Agente vai ampliar o Projeto, fazer reservatório de água, aumentar a tela de proteção e se continuar

as coisas como estão, vamos comprar em 2014 um carro para levar nossa produção até os pontos de vendas", alimenta o sonho, dona Ideci Rodrigues.

As dez organizações que se destacaram foram contempladas com R\$ 20 mil cada uma.

Além de reconhecer as melhores iniciativas de grupos de mulheres do campo e da floresta que comercializam seus produtos, o concurso ajudou a construir um banco de dados sobre as organizações. Elementos registrados em relatos e materiais de suporte do concurso servirão de base para futuras políticas públicas voltadas à autonomia e economia.

Aprovada a paridade para o MSTTR

O dia 07 de março, foi uma data histórica para mulheres trabalhadoras rurais de todo o Brasil. Neste dia foi a aprovação da paridade de gênero na Contag no 11º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

A partir de 2017, todas as instâncias de deliberação do sistema CONTAG, passarão a ser compostas por 50% de mulheres desde a direção executiva, conselho fiscal e nas respectivas suplências.

A atual secretária de Mulheres da CONTAG, Carmem Foro, ressaltou que

este foi um momento histórico para o MSTTR. "Em menos de três décadas nós trabalhadoras rurais consolidamos uma trajetória de lutas e conquistas, rompendo a invisibilidade política e nos fazendo protagonistas de um novo tempo, regido pelos princípios da democracia, da autonomia e da igualdade." Carmem Foro, secretária de Mulheres da CONTAG.

A aprovação da paridade, deve possibilitar uma debate mais aprofundado em relação as questões de igualdade no movimento sindical. "Nós mulheres, queremos sim am-

pliar nossa participação no poder, em igualdade de condições, nos diversos espaços que historicamente tiveram a marca do poder masculino. Viemos para transformar, para realizar a verdadeira democracia com nossa participação, e neste dia 07 de março de 2013, em que marcamos o 11º Congresso com um ato pelo Dia Internacional da Mulher, marcamos nossa trajetória sindical aprovando a paridade na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG", Carmem Foro, secretária de Mulheres da CONTAG.





Semeando Sonhos e Cultivando Direitos

Desenvolvimento Sustentável e Educação do Campo: Semeando Sonhos, Cultivando Direitos

O propósito deste texto é trazer algumas reflexões as quais o MSTTR precisa refletir e agir, na busca de que as políticas públicas de Educação alcancem as crianças, jovens e adultos em suas comunidades rurais. Porque os filhos(as) dos(as) trabalhadores rurais não podem ter acesso à uma educação de qualidade, de modo a lhes proporcionar condições de vida e sobrevivência digna no campo?

Falar de educação do campo traz à reflexão diversos elementos da realidade da vida e produção dos trabalhadores(as) rurais. Se bem pararmos para pensar, educação não se resume ao simples fato de ler, escrever e contar, mas também diz respeito à cultura, as formas de produzir, aos saberes próprios do povo, repassados por diversas gerações.

É bem verdade que a educação do campo tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descasos dos governos, especialmente pela ineficiência das políticas públicas junto às comunidades rurais. Essa situação tem repercutido na realidade social das famílias camponesas, na ausência de estradas apropria-

das para escoamento da produção; na falta de atendimento adequado à saúde; na falta de assistência técnica; no pouco ou inexistente acesso dos jovens rurais à educação básica e superior de qualidade (universidades), entre outros.

Quanto aos sujeitos que compõem esta realidade social, nos deparamos com uma infância, adolescência e juventude, desorientada frente aos desafios e incertezas do futuro. Nesse contexto, as famílias têm procurado resistir na terra. Mas, a falta de condições dignas, necessárias à sobrevivência e de escolas que proporcionem uma educação de qualidade e que valorize o campo e sua cultura, tem dificultado a escolha entre permanecer ou não no campo.

A educação do campo precisa ser um importante instrumento para formação de profissionais que possam proporcionar melhor qualidade de vida aos trabalhadores(as), e inovações tecnológicas para a zona rural, de modo a agregar valor à produção. Como bem se vê, no campo inovaram: no maquinário, no aumento da produção de grãos, nos agrotóxicos, alteração dos genes das sementes para exportação em larga escala. Mas os que têm usufruído desses avanços



Formatura da turma do PRONERA 2010

são pequenos grupos de latifundiários, empresários, banqueiros e políticos. Enquanto aos trabalhadores(as) rurais é negado o acesso à terra para sobreviver e garantir o sustento de suas famílias e da sociedade como um todo.

Assim, temos que abrir uma agenda de negociação com os governantes em âmbito Municipal, Estadual e Nacional na luta para inserir os filhos

dos trabalhadores(as) do campo, em toda educação básica (educação infantil, fundamental e médio), e nas universidades públicas brasileiras, de graduações e pós-graduações, uma vez que, o campo também necessita de diversos profissionais qualificados para atuarem nessa realidade.

Por fim, temos que lutar não por qualquer escola. A educação que temos não é a educação que quere-

mos. Não nos interessa a escola que repassa um conhecimento de contexto urbano, este movimento deve buscar uma escola voltada para as lutas das populações do campo, de modo a formar futuros profissionais que tenham uma identidade com as demandas rurais.

Hélica Araújo Silva
Assistente Social da FETAEMA

JOVEM SABER

Experiências do Programa no Maranhão

O Jovem Saber é um programa de capacitação a distância, que incorpora a sua metodologia, atividades presenciais, voltado para jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais na faixa etária de 16 a 32 anos. O programa tem caráter de educação não formal e nasceu da necessidade de se fazer chegar até a juventude do campo um processo formativo contínuo que dialogue com realidade da juventude, além de promover a inclusão social e política de jovens rurais.

A formação é feita a partir de quatro eixos educativos: Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, Política Sindical, Política Pública e Gestão da Agricultura Familiar. Vale ressaltar que no início do ano de 2011 o Programa Jovem Saber teve uma reformulação nos seus temas acrescentamos mais dois módulos: Juventude Assalariada,

Direitos Trabalhistas, Sociais e Humanos e Juventude, Associativismo e Cooperativismo.

Lançado recentemente pela CONTAG, a série de publicações: Lições do Jovem Saber, traz experiências positivas do Jovem Saber em todo o Brasil. No livro de 111 páginas, podem ser contempladas muitas experiências em todo o país.

Só do Maranhão são mostradas 6 relatos da forma como estes (as) jovens vivem no campo. Entre estes grupos, estão:

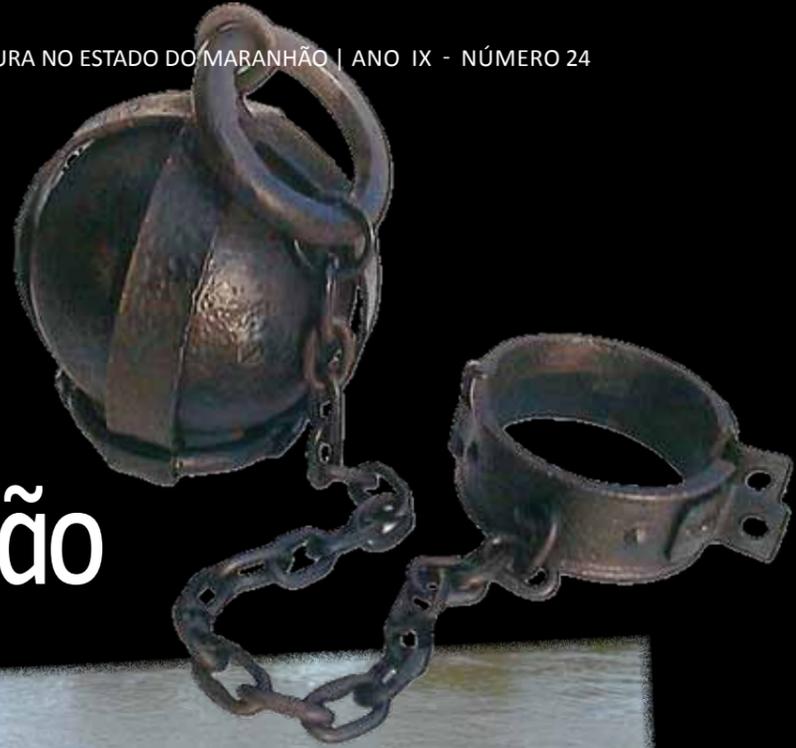
Grupo de Estudo – Babaçu (Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais de São Raimundo das Mangabeiras – MA); Grupo de Estudo- Assentamento Nova Vida (Comunidade Maioba - Município de Pirapemas - MA); Grupos de Estudo-Jovens Vivendo com Cristo e Jovens em Busca de Objetivo (Presidente Sar-

ney-MA); Grupo de Estudo – Futuro da Juventude (Chapadinha-MA) ; Grupo de Estudo- Sementes do Sucesso (Comunidade de Laranjeira – Chapadinha-MA) ; Grupo de Estudo do Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais de Pinheiro – MA).

No ano de 2013 o Programa Jovem Saber faz 09 anos de existência e vem construindo uma grande articulação e mobilização de jovens rurais. “Atualmente já chegamos no estado a 460 grupos totalizando 3.751 jovens sendo 1.922 mulheres e 1.829 homens no Maranhão. Esses números nos leva a refletir de como esta ação aproxima o MSTTR da base, e conseqüentemente o debate sobre o PADRSS vem ganhando mais força nas comunidades onde estes (as) jovens vivem”, Simone Almeida, secretária de Jovens Trabalhadores Rurais da FETAEMA.



Trabalho escravo ainda não foi abolido no Maranhão



Trabalho degradante no Distrito do Pequiá em Açailândia-MA



Trabalho infantil na extração de areia no Médio Mearim, em Esperantinópolis-MA

Trabalho escravo contemporâneo significa o trabalho forçado, que restringe a liberdade do trabalhador. O trabalhador é obrigado a prestar um serviço, sem receber um pagamento ou recebe um valor insuficiente e as relações de trabalho costumam ser ilegais. A pessoa não consegue se desvincular do trabalho. A maioria é forçada a trabalhar para quitar dívidas, contraídas durante a execução do serviço.

No mundo, a estimativa é de 12 a 27 milhões de pessoas escravizadas. O perfil dos escravizados é de pessoas que provêm de regiões muito empobrecidas, com pouco acesso à educação e saúde e ao crédito formal. Muitos se deslocam de sua região de origem em busca de oportunidades e são aliciados para este tipo de trabalho.

A maioria dos países mundo, dentre eles o Brasil, ratificou as convenções 29 (ratificada pelo Brasil, em 1957) e 105 (ratificada pelo Brasil, em 1967) da OIT – ambas de combate ao trabalho escravo –, mas os esforços para prevenir, identificar e levar a julgamento os casos de trabalho forçado são, com frequência, insuficientes, apesar das boas práticas de alguns países.

O dia 23 de agosto foi instituído pela Unesco como o Dia Internacio-

nal de Lembrança do Tráfico de Escravos e sua Abolição.

No Brasil, o governo federal criou um sistema de combate ao trabalho escravo a partir de 1995. Foram criados mecanismos, como o Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado (GERTRAF); o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo; a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE); o impedimento de acesso a linhas de créditos e incentivos fiscais da Sudene, Sudam, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal para proprietários que utilizem tal prática; a “lista suja” dos empregadores que utilizam mão de obra escrava.

Mais de 42 mil pessoas foram resgatadas desse tipo de trabalho no Brasil. A prática está disseminada principalmente na zona rural, na região da fronteira agrícola, atingindo principalmente homens, na faixa etária dos 18 aos 44 anos. Há também muitos registros na zona urbana envolvendo trabalhadores sul-americanos e profissionais do sexo.

O Fórum Estadual de Entidades pela Erradicação do Trabalho Escra-

vo no Maranhão (Forem) foi criado em março de 2004. A Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE/MA foi criada pelo Decreto Estadual de nº 22.996 de 20 de março de 2007.

Na zona rural, as atividades econômicas em que trabalho escravo mais tem sido encontrado são: pecuária bovina, desmatamento, produção de carvão para siderurgia, produção de cana-de-açúcar, de grãos, de algodão, de erva-mate, de pinus. Na zona urbana, há importante incidência em oficinas de costura, em bordéis e em canteiros de obras nas cidades;

No Brasil, o artigo 149 do Código Penal prevê a pena de dois a oito anos de cadeia para quem utilizar o trabalho escravo. Pelo artigo, trabalho escravo é a junção entre trabalho degradante, coação (física, moral ou psicológica) e o cerceamento da liberdade. Além da sanção penal, o empregador também responde por sanções administrativas, como a advertência, a multa, a suspensão e a interdição do estabelecimento, sem prejuízo da ação trabalhista.

O Maranhão ainda figura como o principal fornecedor de escravos e o Pará é o principal utilizador. Quase 40% de todo o trabalho escravo utilizado no Brasil vem do Maranhão. O Estado é o quarto em número de empregadores na lista suja do MTE.

Em relação ao ano de 2011, figuramos com oito nomes a mais. O estado também lidera a lista dos que empregam pessoas em condição precárias e semelhante à escravidão.

Na última lista suja do MTE, o município de Santa Luzia do Tide (a 294 km de São Luís) aparece com o maior número de ocorrências de trabalho escravo no Estado - oito. Depois vem Açailândia, com sete empregadores; Bom Jesus das Selvas (3); Carutapera (2); Bom Jardim (2); Peritoró (1); Maracaçumé (1); São João do Caru (1); Santa Inês (1); Bela Vista do Maranhão (1); Governador Archer (1); Governador Edison Lobão (1) e Codó (1).

No Maranhão, a maioria das autuações ocorreu em fazendas de criação de gado e de produção de leite. Também foram autuadas carvoarias e fazendas de cultivo de milho. Somamos 518 trabalhadores libertados nos 30 locais relacionados no Estado. Aqui, o trabalho escravo está imediatamente relacionado à falta da reforma agrária e a pobreza dos municípios, onde os trabalhadores rurais são obrigados a buscar alternativas de emprego e renda em outros Estados.

Para coibir o trabalho escravo e degradante a Fetaema através de sua Secretaria de Assalariados(as) Rurais, que tem a frente Ana Maria Oliveira Freitas, vem realizando várias negociações de Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho, na busca de garantir os direitos trabalhistas fundamentais, como saúde, segurança, condições dignas, cláusulas sociais, proporcionando desta forma, qualidade de vida profissionais aos assalariados e assalariadas rurais.

Luís Antonio Câmara Pedrosa
Assessor jurídico da Fetaema

Pesquisa

Divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no final de dezembro de 2012, a atualização semestral do cadastro de empregadores brasileiros explorando pessoas em situação análoga à de escravos, a chamada ‘lista suja’ do trabalho escravo, mostra o Maranhão como o quarto Estado com maior número de escravistas. Em dezembro de 2011, o Maranhão aparecia na ‘lista suja’ com 22 empregadores, agora são 30 ao todo.



Aluno do Projeto Juventude e Gênero no Campo vai a Tunísia!

O Projeto Juventude e Gênero no Campo foi convidado, para apresentar sua experiência no Fórum Social Mundial que acontecerá de 26 a 30 de março na Tunísia. O Projeto será representado pelo jovem Juscelino Barbosa Santos, do núcleo de Esperantinópolis. “Nossa expectativa é que o educando Juscelino, além de mostrar o trabalho desenvolvido por jovens do campo maranhense, possa também trazer experiências que serão repassadas no Fórum, para o Maranhão”, Simone Almeida, secretária de jovens trabalhadores (as) rurais da FETAEMA.

O Projeto Juventude e Gênero

que contempla as cidades de Açailândia, Esperantinópolis, Pinheiro e Vargem Grande, tem proporcionado a participação destes jovens em diversos espaços de discussão e proposição de políticas públicas. “Socializar as experiências vivenciadas durante o desenvolvimento do Projeto, compartilhar saberes e buscar estratégias de enfrentamento ao modelo Neoliberal em conjunto com outras organizações é uma oportunidade que o Maranhão terá com a presença do educando Juscelino no Fórum Social Mundial” Lina Martins, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais

da FETAEMA.

Desenvolvimento do Sistema PAIS no Projeto!

Atualmente o Projeto Juventude e Gênero no Campo, vem trabalhando com a implantação do Projeto Produtivo no Modelo do Sistema PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável).

O PAIS é uma tecnologia social, inspirada na atuação de agricultores familiares que primam por uma agricultura sustentável, sem uso de agrotóxicos. Neste sistema são aplicadas técnicas conhecidas pelos (as) trabalhadores e trabalhadoras rurais.

O PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável), busca reduzir a dependência de insumos vindos de fora da propriedade; diversificar a produção; utilizar com eficiência e racionalização os recursos hídricos; alcançar a sustentabilidade em pequenas propriedades e produzir em harmonia com os recursos naturais.

O método dispensa o uso de agrotóxicos, queimadas e desmatamentos, preserva a qualidade do solo e das fontes de água, alia a criação de animais com a produção vegetal, estimula a agricultura orgânica, reduz a dependência de insumos alheios à propriedade, apoia o correto manejo dos recursos naturais, incentiva a diversificação da produção e evita o desperdício de alimento, água, energia e tempo do produtor.



CUT leva debate da Reforma Agrária para a Marcha das Centrais e Movimentos Sociais

No ano em que Central Única dos Trabalhadores – CUT completa 30 anos de luta, nada melhor do receber como presente a participação de mais de 50 mil pessoas na Marcha das Centrais e Movimentos Sociais, que aconteceu no dia 06 de março em Brasília. Uma demonstração clara, da força dos milhares de homens e mulheres, que quer no campo, nas florestas ou nas fábricas, constroem com muita garra um Brasil melhor para todas e todos.

Com este sentimento de luta pela valorização do trabalho, coletividade e desenvolvimento, foi que os cutistas maranhenses seguiram rumo ao Congresso Nacional, com suas faixas, bandeiras e suas vozes, pedindo ao Governo Federal que atendesse a pauta de reivindicações. “Esta grande manifestação foi uma demonstração clara, que apesar dos vários pensamentos políticos existentes entre as Centrais, somos ainda capazes de nos unir em nome dos trabalhadores e trabalhadoras de todo o país. Outro ponto importante, foi o poder de mobilização que a nossa Central tem, afinal, levamos para Brasília, mais de 17 mil pessoas de vários lugares do país, com um só senti-

mento, o do enfrentamento a desvalorização dos trabalhadores e trabalhadoras sofrida diariamente no Brasil”, Adriana Oliveira, presidenta da CUT – Maranhão.

A força que vem do vermelho e move a militância, se manteve firme mesmo debaixo do sol escaldante e ao final da tarde recebeu da própria presidenta Dilma Rousseff, a assinatura do decreto que permite a regulamentação da Convenção 151, e prevê direito de negociação para servidores (as) públicos de todo o Brasil.

A CUT, central que representa aproximadamente 80% da categoria em todo o país, também garantiu a abertura de um processo de negociação sobre vários itens da pauta, entre eles, 10% do PIB para a educação, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário, fim do Fator Previdenciário, igualdade de oportunidade entre homens e mulheres, política de valorização dos aposentados, 10% do orçamento da União para a saúde, correção da tabela do imposto de renda e a ratificação e a retomada da discussão da Reforma Agrária. “A presidenta Dilma Rousseff prometeu,



Marcha das Centrais e Movimentos Sociais

retomar o tema da Reforma Agrária dentro do debate do combate a pobreza extrema, com a preocupação de assentar as famílias em

terras boas e com projeto produtivos. Precisamos trazer a opinião pública para o nosso lado e assim retomarmos a pauta de debate da

Reforma Agrária”, Adriana Oliveira, presidenta da CUT e ex secretária de Política Agrária e Mulheres da FETAEMA.



PERSPECTIVAS DO MSTTR PARA 2014

As escaramuças para 2014 já estão ocorrendo. Os diversos grupos políticos do Estado já se preparam para o embate que elegerá o próximo governador do Estado, dois Senadores e as bancadas federal e estadual no parlamento.

Dois aspectos dessa luta precisam ser considerados para uma análise da correlação de forças que se apresentará: as eleições de 2010 e as eleições municipais de 2012.

Nas eleições de 2010, o PMDB conseguiu eleger seis deputados. O DEM elegeu cinco. O PV elegeu cinco. Ao todo, a coligação intitulada "O Maranhão não pode parar", representando o grupo Sarney, elegeu 17 deputados estaduais.

Do ponto de vista tático, porém, o grupo disputou vagas na Assembleia Legislativa em várias coligações. A coligação "O Maranhão não pode parar E2", com os pequenos PSL, PHS, PMN, PRB, PMN, elegeu cinco deputados (cada partido elegendo um deputado). A coligação "O Maranhão não pode parar E4", com PP, PSC e PP, elegeu 3 deputados. Também funcionando como satélite do grupo, a coligação "Unidos pelo Maranhão" (com PR e PTdoB), elegeu mais dois deputados.

Politicamente dividido, o PT saiu sozinho e elegeu 3 deputados, dois deles alinhados com o grupo Sarney.

Os opositores também se dividiram em várias coligações. A coligação "O povo é maior" reuniu

PSDB (elegendo 3 deputados) e PDT (que elegeu 4). A Coligação "Muda Maranhão", reuniu PSB (que elegeu 3 deputados), PPS (1) e PCdoB (1).

De acordo com esses dados é possível concluir que o grupo Sarney elegeu 29 deputados (contando com os dois do PT). A oposição elegeu 13 deputados (contando com a dissidência do PT).

Nas eleições de 2012, o PMDB elegeu 47 prefeitos, o PRB elegeu 23, o PV elegeu 20, o PR 17, o PTB 12, o DEM 11.

Os melhores desempenhos da oposição foram do PSB (15), PDT (8), PPS (6) e PCdoB (5).

O PT elegeu 10 prefeitos, a maioria alinhada à orientação do atual vice-governador, de apoio ao grupo Sarney.

A oposição elegeu 38 prefeitos e o grupo Sarney elegeu simplesmente 179.

No parlamento federal, o grupo Sarney tem os 3 Senadores. Na eleição passada, ficou com a única vaga.

Para deputado federal, as dissidências chamam a atenção. Por exemplo, na Coligação "O Maranhão não pode parar", o grupo Sarney elegeu onze deputados, incluindo o opositor Domingos Dutra. A coligação "O Maranhão não pode parar E2" elegeu mais um.

A coligação "O povo é maior" elegeu 4 deputados: Holanda Junior (PTC) e mais três deputados do PSDB. Hoje, em virtude do embate em São Luís e das posições de



Sebastião Madeira, prefeito de Imperatriz, não sabemos se os tucanos marcharão com a oposição.

A coligação "Muda Maranhão" elegeu o deputado Ribamar Alves (PSB), que apresenta posições ambíguas, em relação ao grupo Sarney. Ainda temos duas considerações a fazer.

Em primeiro lugar, a novidade: o partido de Marina, que arrebanhará parte da oposição e da situação e se apresentará como terceira via para o governo e para o parlamento. O discurso do novo partido pretende tangenciar a polarização Sarney/

anti-Sarney, assim como as noções de direita e esquerda. O significado disso ninguém sabe ainda.

Por último, as propostas da esquerda que rompeu com a coalizão PT-PMDB, certamente apresentarão suas candidaturas, por não caberem no projeto de poder do presidente da Embratur, Flávio Dino, e por não aceitarem a proposta anti-ideológica da Rede, de Marina Silva.

Para o MSTTR, cabe situar uma intervenção libertadora da sua militância. O desafio é romper com a noção de sindicato trampolim para a

direita e apontar para propostas que defendam abertamente a bandeira da reforma agrária e as comunidades tradicionais e que sejam contra o trabalho escravo e o agronegócio, que expulsa os trabalhadores da terra. Esse é o foco principal de uma atuação política comprometida com a nossa realidade.

Esperamos fazer avançar a nossa luta por meio do voto.

Luis Antonio Câmara Pedrosa
Assessor jurídico da Fetaema

FETAEMA na presidência da UNICAFES-MA

O secretário de Política Agrícola e Meio Ambiente da FETAEMA, Joaquim Alves de Sousa, foi eleito presidente na UNICAFES-MA, para sua próxima gestão. A eleição aconteceu, durante o II Congresso da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado do Maranhão, que aconteceu entre os dias 19 e 20 de fevereiro, no Centro de Estudo Sindical Rural - CESIR (São Luís).

Além da eleição o evento também serviu para fortalecer a discussão do cooperativismo no estado.

Com a presença do presidente da UNICAFES- Nacional, foi discutida uma nova estratégia da UNICAFES em termos de projetos para suas filiais e ainda feito um planejamento das ações a serem desenvolvidas em nível Estadual.

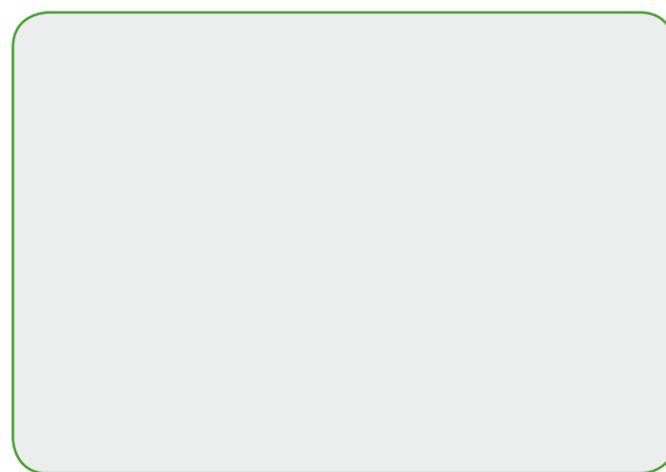
Marcaram presença no II Congresso da UNICAFES- MA, representantes de 14 cooperativas associadas: COOPAIBA (Jenipapo dos Vieiras); COOPRAL (Loreto); COOPALMAR (Barreirinhas); COOPEVIDA (São Raimundo das Mangabeiras); COOPEMI (Montes Altos); COOFAC

(Caxias); COOPRAMA (Amarante); ARTECOOP (Barreirinhas); COOPPALJ (Lago do Junco); COOSPAT (São Luís); COOPERVAG (Vargem Grande); COOSERT (São Luís); CCA-MA (Imperatriz); OARO (Rosário).

Novo Conselho de Administração da UNICAFES/Estadual, em anexo:

Presidente - Joaquim Alves de Sousa (COOPEVIDA), Vice-Presidente - Marluze do Socorro Pastor Santos (COOSPAT), Sec. Geral - Cláudia Cascais (COOSERT), Sec. Finanças - Vaneide Nascimento Moraes (CCA-MA), Sec. Mulheres - Elirdes Nayra Santos da Silva (COOPAIBA), Sec. Jovens - Maria do Livramento Amorim Bezerra (COOPERVAG), Conselheiros: Raimundo Ermino Neto (COPPALJ), Marlon Bruzaca (COOSERT) e Carlos César Silva Barreto (COOFAC).

O evento contribuiu para for-



Eleição da Diretoria da UNICAFES-MA

talecer as discussões cooperativistas no estado, o próximo passo será implementar o planejamento realizado e preparar as cooperativas para concorrerem ao projeto do

BNDES, em parceria com a UNICAFES/Nacional. Um ponto muito enfatizado no evento foi a retomada da discussão da parceria UNICAFES/Estadual com a FETAEMA.



Agrotóxicos e sua morte lenta!

O termo agrotóxico, segundo o Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002 engloba os produtos para uso agrícola, desinfetantes para uso profissional, uso em jardinagem amadora e em campanhas de saúde pública. O uso desse tipo de produto na produção de alimentos é muito representativo, principalmente nos países em desenvolvimento, os quais representam 30% de todo o mercado global consumidor de agrotóxicos, segundo PERES, (2007) e SIQUEIRA (2008).

Em 1974, uma comissão de pesquisadores e autoridades mundiais previa que era possível acabar com a miséria (fome) existente no mundo em uma década. Vários esforços no sentido de alcançar uma elevada produção de alimentos foram empregados para alcançar esta meta. Em 1996, a Organização das Nações Unidas (ONU) decidiu estabelecer uma meta menos ambiciosa na Cúpula Mundial sobre Alimentos, de reduzir o número de pessoas subnutridas pela metade, para não mais do que 420 milhões até 2015. Esta meta não será alcançada. Faltam três anos, e a percentagem dos famintos não caiu dos quase 15% da população mundial. Em 2001, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), organismos da ONU, previu que demoraria 60 anos, seguindo o ritmo atual, para acabar com a fome no mundo.

Parece que não existe uma relação entre os dois parágrafos acima, porém, digo que estes assuntos estão muito relacionados. Começamos explicando que para alcançar as metas propostas pelos dignitários do círculo de poder mundial, na época, tornava-se necessário ter meios para uma produção agrícola capaz de alcançar grandes índices de produtividade. A proposta de "modernização" da agricultura baseada na utilização intensiva de sementes selecionadas, adubos químicos, agrotóxicos e maquinários

pesados, buscava garantir o aumento vertiginoso da produção agrícola e forçar a queda no valor dos produtos agrícolas, a famosa revolução verde.

O advento do agrotóxico teve uma razão, a necessidade de desenvolver técnicas de combate às doenças e pragas, que impediavam o aumento da produção agrícola mundial. Desenvolveram poderosos fungicidas (que combate os fungos), inseticidas (que combate os insetos) e herbicidas (que combate erva). O uso indiscriminado destes produtos causa o surgimento de "plantas resistentes ao veneno", desencadeando múltiplas aplicações, que não alcançam um efeito desejado. Isto implica na utilização de um produto mais forte, para combater a "resistência" da planta, de fungos ou de insetos ao veneno usado.

Tempos atuais

Neste quadro mundial de expansão das técnicas e insumos utilizados na produção agrícola, o Brasil, desde 2008, tornou-se o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, quando, de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), foi lançado 673,9 mil toneladas desses produtos no meio ambiente. Este número continuou subindo. Em 2009 foram comercializadas 725 mil toneladas no mercado brasileiro. Em 2010 foram utilizadas 827,8 toneladas do produto. Em 2011, estima-se que atingiu o patamar de 852,8 mil toneladas de agrotóxicos comercializados, inclusive produtos proibidos em outros países. (1)

O mercado mundial de agrotóxicos movimentou US\$ 51,2 bilhões em 2010. E o mercado brasileiro US\$ 7,3 bilhões. As seis maiores empresas - Basf, Bayer, Dow, Dupont, Monsanto e Syngenta - controlam hoje aproximadamente 70% do mercado mundial. E, no Brasil, os gigantes do setor estão comprando as empresas menores, tanto de agrotóxicos, quanto de sementes, formando monopólios e oligopólios.

O poder destes grupos (oligo-



pólios e monopólios) é devastador para os agricultores familiares. Antes os agricultores tinham o controle das suas sementes, necessitavam de poucos insumos de fora da porteira, se arrumavam com o que tinham na propriedade. Com o advento das relações comerciais mais intensas e com uma dinâmica mais acentuada do fluxo comercial e financeiro, os agricultores estão ficando refém destes grandes grupos, pois, além de controlar a venda de agrotóxico, agora estão controlando também a venda de sementes.

Com recursos e investimentos em alta tecnologia, que se torna mais cara a cada dia, os grandes monopólios e oligopólios passam a determinar ações, direcionar políticas em prol dos seus interesses, que são conflitantes com os interesses dos agricultores familiares. Por conta do exposto, podemos dizer que a discussão sobre a internacionalização da agricultura necessita ser debatida nas reuniões dos STTR's, pois o acesso às sementes é controlado por pequenos grupos em nível mundial. A venda casada de agrotóxicos e sementes é uma prática comum nos grandes plantios de monoculturas. Com tão grande

poder de pressão política, e uma estratégia comercial voltada para o controle dos mercados, é imperativo uma análise de como enfrentar esta estratégia de comercialização multinacional.

O MSTTR e o uso de Agrotóxicos

Antes de nos aprofundar nesta linha de raciocínio, alguns dados poderão ser importantes para ajudar-nos a entender a dimensão do problema, que não é somente econômico, social e ambiental. É também um problema que envolve a cultura, o saber fazer diferente. Refiro-me a algumas práticas de produção, que podem ser resgatadas e ajudar neste embate contra um modelo produtivo caro e excludente, que favorece a monocultura e provoca desequilíbrio ambiental.

Segundo Victor Pelaez Alvarez, enquanto as vendas mundiais entre 2000 e 2010, crescem em torno de 90%, as vendas brasileiras crescem 190%. Em termos de importações mundiais, o Brasil também está entre os seis maiores importadores mundiais de agrotóxicos e, nos anos 2000, o crescimento brasileiro foi o maior de todos. Outro destaque de Victor Alvarez é que entre 2001 e 2010 a produção agrícola das oito principais commodities consumido-

ras de agrotóxicos aumentou 97%, a área plantada aumentou 30% e a venda de agrotóxicos aumentou 200%. Esses dados, ressaltam, demonstram a intensificação do uso do produto nas lavouras brasileiras, que "estão usando mais agrotóxicos por hectare".

Como discutir um problema de tão grande amplitude? Como elencamos anteriormente, ele não é somente econômico ou social, ele ataca o agronegócio e a agricultura familiar. O galão de veneno é o mesmo, mas, os equipamentos de proteção individual são totalmente diferentes. Ele além de envenenar os alimentos, também envenena a pessoa que o manipula e o meio ambiente.

Nos parágrafos supracitados, procuramos demonstrar o lado comercial da venda de agrotóxico (veneno), o volume comercializado e o poder decorrente das relações comerciais e controle da produção. Gostaríamos de lembrar os malefícios para a saúde do trabalhador rural e para o meio ambiente.

Miguel Henrique
Mestre em Políticas Públicas

Idoso(a)...

*Idosa é a pessoa que tem muita idade;
Velha é a pessoa que perdeu a jovialidade.
A idade causa degeneração das células;
A velhice causa degeneração do espírito.
Por isso, nem todo idoso é velho e há velho que nem chegou a ser idoso.
Você é idoso quando pergunta se vale a pena;
Você é velho, quando sem pensar responde que não.
Você é idoso quando sonha;
Você é velho quando apenas dorme.
Você é idoso quando ainda aprende;
Você é velho quando já nem ensina*

*Você é idoso quando pratica esportes ou de alguma forma se exercita;
Você é velho quando apenas descansa.
Você é idoso quando ainda sente AMOR;
Você é velho quando só sente ciúmes e possessividade.
Você é idoso quando o dia de hoje é o primeiro do resto de sua vida;
Você é velho quando todos os dias parecem o último da longa jornada.
Você é idoso quando seu calendário tem amanhã;
Você é velho quando seu calendário só tem antens.*

*Idosa é aquela pessoa que tem tido a felicidade de viver uma longa vida produtiva, de ter adquirido uma grande experiência; ela é uma porta entre o passado e o futuro e é no presente que os dois se encontram.
O velho é aquele que tem carregado o peso dos anos; que em vez de transmitir experiência às gerações vindouras, transmite o pessimismo e a desilusão. Para ele, não existe ponte entre o passado e o presente, pois lá existe um fosso que o separa do presente, pelo apego ao passado.
O idoso se renova a cada dia que começa;*

*O velho se acaba a cada noite que termina. Enquanto o idoso tem seus olhos postos no horizonte, de onde o sol desponta e a esperança se ilumina, o velho tem sua miopia voltada para os tempos que passaram.
O idoso tem planos;
O velho tem saudades.
O idoso se moderniza, dialoga com a juventude, procura compreender os novos tempos;
O velho se emperra no seu tempo, se fecha em sua ostra e recusa a modernidade.
O idoso leva uma vida ativa, plena de projetos e*

*preenchida de esperança. Para ele o tempo passa rápido e a velhice nunca chega.
O velho cochila no vazio de sua vidinha e suas horas se arrastam, destituídas de sentido.
As rugas do idoso são bonitas porque foram marcadas pelo sorriso; as rugas do velho são feias, porque foram vingadas pela amargura.
Em suma, o idoso e o velho são duas pessoas que até podem ter, no cartório, a mesma idade cronológica, mas o que têm são idades diferentes no coração.*

Jorge José de Jesus Ricardo (Jocardo)